



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 76/2014

Informa o gabarito da prova objetiva do processo seletivo para comarca de Cianorte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) *Conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder:*

- a) Mandado de injunção.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de segurança.
- d) Habeas corpus

2) *Assinale a alternativa incorreta:*

- a) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- c) A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária, após pedido da defesa.
- d) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

3) *Assinale a alternativa incorreta:*

- a) O preso não tem direito de permanecer calado quando for interrogado.
- b) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

c) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

d) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

4) *Assinale a alternativa incorreta:*

a) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

d) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos, a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

5) *A medida de internação não poderá ser aplicada quando:*

a) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

b) por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

c) se tratar de ato infracional equiparado a tráfico de drogas e o adolescente não possuir outros antecedentes infracionais;

d) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

6) Considera-se criança e adolescente respectivamente:

a) a pessoa até 12 de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

b) a pessoa até 10 de idade incompletos, e adolescente aquela entre 10 e 18 anos de idade.

c) a pessoa até 08 de idade incompletos, e adolescente aquela entre 08 e 18 anos de idade.

d) a pessoa até 12 de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 21 anos de idade.

7) Assinale a alternativa verdadeira:

a) A internação, antes da sentença, não tem prazo máximo estabelecido pela lei

b) A decisão quanto à internação provisória deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

c) A internação definitiva estabelecida em sentença não tem prazo máximo.

d) Quando é concedida remissão ao adolescente isso significa que foi reconhecida ou comprovada a responsabilidade pela prática do ato infracional.

8) Marque a alternativa incorreta:

a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

b) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.

c) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua

família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

d) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente ou pelo conselho tutelar, em procedimento contraditório.

DIREITO PENAL

9) Marque a alternativa incorreta:

a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

d) No direito penal o dia do começo exclui-se do cômputo do prazo.

10) Marque a alternativa incorreta:

a) Considera-se crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

b) Considera-se crime culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

c) Fala-se em tentativa quando, iniciada a execução, não se consuma porque o agente desistiu da prática do ilícito.

d) Considera-se consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

11) Há crime quando o agente pratica o fato:

a) em estado de necessidade;

b) em legítima defesa;

c) em estrito cumprimento de dever imposto por empregador privado;

d) no exercício regular de direito.

12) São inimputáveis os menores de:

- a) 21 anos
- b) 20 anos
- c) 19 anos
- d) 18 anos

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

13) São garantias dos membros da Defensoria Pública, exceto a:

- a) independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- b) inamovibilidade;
- c) irredutibilidade de vencimentos;
- d) vitaliciedade.

14) Marque a alternativa falsa:

- a) é prerrogativa do defensor público receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa;
- b) é prerrogativa do defensor público o prazo em dobro;
- c) é prerrogativa do defensor público comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos;
- d) o defensor público não pode representar a parte sem procuração;

15) É função da Defensoria Pública, exceto:

- a) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados apenas em primeiro grau de jurisdição;
- b) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- c) promover ação civil pública;

d) promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

PROCESSO PENAL

16) Marque a alternativa falsa:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- c) Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- d) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada válida, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

17) O réu, acusado de crime, ao ser interrogado:

- a) tem o direito de permanecer calado;
- b) não pode mentir em juízo;
- c) deve contar tudo o que sabe ao juiz, mesmo que isso venha em seu prejuízo;
- d) não pode ficar quieto.

18) O sistema de apreciação de provas adotado pelo Código de Processo Penal foi o:

- a) da certeza moral do juiz;
- b) da livre convicção motivada.
- c) da certeza moral do legislador.
- d) sistema religioso.

19) Segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

a) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

b) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

c) No caso de prisão, sempre será permitido o emprego de força.

d) A autoridade que ordenar a prisão não fará expedir o respectivo mandado.

20) Sobre liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

b) Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento.

c) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe o benefício somente após a prolação da sentença.

d) O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária, bem como dos honorários do defensor constituído.
